

UNIMED SEGUROS PATRIMONIAIS S.A.

CNPJ 12.973.906/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração. Prezados Acionistas, É com satisfação que apresentamos as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e o relatório dos auditores independentes da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. ("Companhia"). A Companhia, possui forte atuação no Sistema Unimed, oferecendo seguros de responsabilidades e seguros compreensivos (residencial e empresarial). **O Mercado Segurador.** O mercado de seguros de ramos elementares em 2018, comparado a 2017 apresentou alta de 5,2% em prêmios de seguros. Nos segmentos em que a Seguradora atua de compreensivo residencial e empresarial o crescimento foi de 16,0% e no segmento de responsabilidades o crescimento foi de 8,6%. O montante total do segmento de ramos elementares em 2018 monta R\$ 75,0 bilhões, frente a R\$ 71,2 bilhões em 2017, segundo dados da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP. A sinistralidade em 2018 para os seguros de ramos elementares foi de 35,0%, com queda em relação a 2017 que foi de 54,0%. No segmento de seguros compreensivos que a Seguradora atua a sinistralidade em 2018 foi de 34,0% apresentando uma pequena queda em relação a 2017 que foi de 35,0%. No segmento de responsabilidades a sinistralidade em 2018 foi de 58,0% um aumento em relação a 2017 que foi de

54,0%. A despesa de comercialização no segmento de seguros compreensivos em 2018 foi de 31,3% e em 2017 de 30,9%, no segmento de responsabilidades em 2018 foi 16,6% e em 2017 de 16,1%. **Cenário Econômico.** O ano de 2018 fechou com indicadores econômicos dentro das expectativas do governo. O PIB teve alta de 1,3% no ano pouco abaixo das expectativas iniciais do governo. O ambiente político com a renovação dos governos, trouxe uma melhor expectativa ao futuro cenário político e econômico. O IPCA - índice nacional de preços ao consumidor amplo fechou o ano em 3,75%, abaixo do teto estipulado pelo governo. O desemprego teve uma redução no final de 2018, atingindo 11,6% da população econômica ativa, com cerca de 12,2 milhões de brasileiros. A taxa de juros fechou o ano de 2018 em 6,42%. **Desempenho Econômico-Financeiro.** A Companhia atingiu o montante de R\$ 37,5 milhões em prêmios emitidos, o que representa um crescimento de 37,1% em relação ao mesmo período de 2017. A sinistralidade do exercício foi de 58,5% (15,8% no exercício de 2017). O aumento na sinistralidade se deve a um sinistro de grande monta, com recuperação do ressegurador de 99,9%. O índice de comercialização no exercício de 2018 foi de 24,0% (25,5% em 2017). As despesas

administrativas atingiram R\$ 11,2 milhões (R\$ 11,1 milhões no mesmo período de 2017) e o resultado financeiro monta R\$ 6,3 milhões (R\$ 4,0 milhões no mesmo período de 2017). O lucro da Companhia fechou o exercício em R\$ 1,7 milhão, com crescimento de 59,7% sobre o exercício de 2017. **Declaração sobre capacidade financeira.** A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento. **Capital Social.** O patrimônio líquido da Companhia alcançou R\$ 83,7 milhões em 2018, representado por 101.457.737 ações. **Política de dividendos.** Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social. **Agradecimentos.** Agradecemos a todos os nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros pela confiança, apoio e dedicação em especial a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Ativo Circulante Disponível		102.583	46.939	Passivo Circulante		50.196	29.816
Caixa e bancos		142	277	Contas a pagar		2.270	2.282
Aplicações	5	68.383	26.108	Obrigações a pagar	11	255	293
Créditos das operações com seguros e resseguros				Impostos e encargos sociais a recolher	12	1.162	1.082
Prêmios a receber	6	14.036	11.400	Encargos trabalhistas		484	460
Operações com resseguradoras		290	183	Impostos e contribuições	13	221	328
Ativos de resseguro	7	14.090	4.883	Outras contas a pagar		148	119
Títulos e créditos a receber		307	36	Débitos de operações com seguros e resseguros		6.538	5.521
Títulos e créditos a receber		20	20	Prêmios a restituir		23	11
Créditos tributários e previdenciários	8	260	-	Operações com resseguradoras	14a	3.116	2.575
Outros créditos		27	16	Corretores de seguros e resseguros	14b	2.993	2.607
Outros valores e bens		25	17	Outros débitos operacionais		406	328
Outros valores		25	17	Depósitos de terceiros	15	101	73
Despesas antecipadas		46	50	Provisões técnicas - seguros	16	41.287	21.940
Custos de aquisição diferidos		5.264	3.985	Danos		41.287	21.940
Seguros	9	5.264	3.985	Passivo não circulante		1.614	438
Ativo não circulante realizável a longo prazo		32.972	15.481	Provisões técnicas - seguros	16	1.116	346
Aplicações	5	29.972	12.547	Danos		1.116	346
Ativos de resseguro	7	220	74	Outros débitos		498	92
Títulos e créditos a receber		1.271	364	Provisões judiciais	17	498	92
Créditos tributários e previdenciários	8	948	287	Patrimônio líquido		83.745	32.166
Depósitos judiciais e fiscais	17	323	77	Capital social	18a	88.000	38.000
Imobilizado	10a	13	14	Ajuste de avaliação patrimonial		69	151
Bens móveis		13	14	Prejuízos acumulados		(4.324)	(5.985)
Intangível	10b	1.496	2.482	Total do passivo e patrimônio líquido		135.555	62.420
Outros intangíveis		1.496	2.482				
Total do Ativo		135.555	62.420				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.000	107	(7.025)	31.082
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	44	-	44
Lucro líquido do exercício	-	-	1.040	1.040
Saldos em 31 de dezembro de 2017	38.000	151	(5.985)	32.166
Saldos em 1º de janeiro de 2018	38.000	151	(5.985)	32.166
Aumento de capital social - Portaria SUSEP nº 858 de 03 de maio de 2018	50.000	-	-	50.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	(82)	-	(82)
Lucro líquido do exercício	-	-	1.661	1.661
Saldos em 31 de dezembro de 2018	88.000	69	(4.324)	83.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (doravante denominada "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 346 - São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 12.973.906/0001-71, tendo como objeto social a comercialização de seguros de danos. A Companhia é controlada pela Unimed Seguradora S.A., que está integrada ao Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Companhia é controlada diretamente pela Unimed Seguradora S.A., com participação de 99,99%, e controlada indiretamente pela Unimed Participações S.A., cujos acionistas estão diluídos em 225 cotistas em 31 de dezembro de 2018.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019. **b. Base para preparação:** Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. **c. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda; • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. **e. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **f. Utilização de estimativas e julgamento:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas referendadas pela SUSEP e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As Notas Explicativas nºs: 3f - Mensuração dos contratos de seguros, 5 - Aplicações financeiras, 8 - Créditos tributários e previdenciários, 9 - Custos de aquisição diferidos, 16 - Provisões técnicas - Seguros e 17 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos

significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **g. Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia. **h. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 quando referendadas pela SUSEP. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontram-se: **(i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS39 (CPC 38). O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **(ii) CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil:** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não possui contratos de arrendamento, desta forma não haverá impactos da adoção desta norma. O CPC 6 (R2) será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **(iii) IFRS 17 - Contratos de Seguros:** A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2017, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interina. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato. O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa e em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. **b. Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2018	2017
(+) Prêmios emitidos		37.530	27.377
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(4.432)	(2.515)
(=) Prêmios ganhos	20a	33.098	24.862
(-) Sinistros ocorridos	20b	(19.360)	(3.916)
(-) Custos de aquisição	20c	(7.944)	(6.352)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	20d	(492)	(436)
(+) Resultado com operações de resseguro	20e	3.560	(4.016)
(+) Receita com resseguro		10.437	1.244
(-) Despesa com resseguro		(6.877)	(5.260)
(-) Despesas administrativas	20f	(11.215)	(11.123)
(-) Despesas com tributos	20g	(1.337)	(1.402)
(=) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(3.690)	(2.383)
(+) Resultado financeiro	20h	6.285	3.968
(=) Resultado operacional		2.595	1.585
(=) Resultado antes dos impostos e participações		2.595	1.585
(-) Imposto de renda	21	(376)	(151)
(-) Contribuição social	21	(323)	(231)
(-) Participações sobre o lucro		(235)	(163)
(=) Lucro líquido do exercício		1.661	1.040
Resultado atribuído aos:		1.661	1.040
Acionistas controladores		1.661	1.040
Quantidade de ações		101.457.737	39.729.342
Lucro líquido por lote de mil ações		16,37	26,18

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.661	1.040
Variação do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(149)	79
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	67	(35)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	1.579	1.084
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	1.579	1.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.661	1.040
Ajustes para:	4.529	1.237
Depreciação e amortizações	989	987
Redução do valor recuperável de prêmios	(237)	42
Créditos fiscais e previdenciários	(921)	(140)
Despesas antecipadas	4	(20)
Diferimento dos custos de aquisição diferidos	(1.279)	(824)
Diferimento das provisões técnicas	7.347	1.937
Diferimento dos ativos de resseguro	(1.374)	(745)
Variação nas contas patrimoniais	(57.474)	(2.321)
Aplicações financeiras	(59.781)	(3.516)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(2.506)	(73)
Ativos de resseguro	(7.979)	(257)
Depósitos judiciais e fiscais	(246)	(77)
Custos de Aquisição Diferidos	-	172
Outros ativos	(19)	19
Fornecedores	(38)	(678)
Impostos e contribuições	(1.155)	403
Outras contas a pagar	29	49
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.017	(854)
Depósitos de terceiros	28	(25)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	12.770	2.527
Provisões judiciais	406	(11)
Caixa (consumido) nas operações	(51.284)	(44)
Impostos e contribuições pagos	1.152	208
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(50.132)	164
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(3)	(12)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(3)	(12)
Atividade de financiamento		
Aumento de Capital	50.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	50.000	-
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(135)	152
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	277	125
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	142	277
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(135)	152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) empréstimos e recebíveis e (v) determinação do valor justo. A classificação entre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a

continua



UNIMED SEGUROS PATRIMONIAIS S.A.

CNPJ 12.973.906/0001-71

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado e deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. (iii) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado. (iv) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, "Prêmios a receber". (v) **Determinação do valor justo:** O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os títulos de renda fixa privados denominados debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Para as debêntures sem cotação na ANBIMA, utiliza-se a metodologia própria do custodiante, que pode utilizar o *spread* médio calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, na Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é apurado apenas para fins de divulgação. (c) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou do desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. As perdas são reconhecidas para todos os contratos inadimplentes acima de 60 dias e riscos decorridos vencidos, considerando as parcelas a vencer do mesmo devedor. Para as operações a recuperar com resseguradores, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. **d. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme apresentado a seguir: • Bens móveis: 5 a 10 anos. **e. Ativos intangíveis:** Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de *software*. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A Companhia revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de, aproximadamente, cinco anos, a partir da data em que o sistema entre em operação, e são avaliados para *impairment*, caso haja indicativo de perda. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **f. Classificação dos contratos de seguros e de investimentos:** Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico. Os contratos de resseguro também são classificados como "Contrato de seguros", pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros. Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do risco, sendo apropriados em bases *pro rata die*. Os custos de agenciamento são registrados quando incorridos e apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência das apólices. **g. Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O prazo médio de recebimento do prêmio é de 51 dias. As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes nas mesmas bases. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. **h. Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. O prazo médio do diferimento dos custos de aquisição é de 12 meses, conforme definido pela vigência das apólices. **i. Provisões técnicas de seguros:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas: • A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco não decorrido, sendo calculada *pro rata die*, considerando para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos. • A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG, dada a existência de riscos assumidos pela Companhia, cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia própria que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de seis meses. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e atualizada monetariamente e com juros nos termos da legislação vigente. Também contempla a estimativa da provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - *Incurred But Not Enough Reported (IBNER)* -, calculada conforme nota técnica atuarial, que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros. • A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em metodologia própria na qual são aplicados percentuais definidos em Nota Técnica, sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de 12 (doze) meses, sendo considerado o maior valor obtido após a aplicação dos percentuais para constituição do IBNR. • A Provisão de Despesas Relacionadas Direta (PDR- Direta) é constituída com base nas despesas alocáveis em sinistros avisados. A provisão de despesas relacionadas à IBNR (PDR-IBNR) é calculada conforme metodologia própria, constituída para cobrir as despesas relacionadas aos sinistros não avisados. **j. Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Nos termos do CPC 11 - Contratos de Seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, complementado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras devem, a cada data de balanço, elaborar o TAP para todos os contratos em curso na data de execução do teste, com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro e previdência. Esse teste levou em consideração o fluxo de caixa futuro estimado bruto de resseguro, contemplando os pagamentos de sinistros futuros, de sinistros já ocorridos e ainda não pagos ou a ocorrer, contribuições e prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG, despesas administrativas relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data-base do teste, despesas alocáveis e não alocáveis relacionadas a sinistros e benefícios e despesas de comercialização. Para esse teste, foi adotada uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atuais, sendo os contratos agrupados em bases de riscos similares. Nos termos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, foram utilizadas como premissas técnicas a sinistralidade de 36,99% para os ramos de seguros de responsabilidade e 41,68% para os demais ramos e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada segmentação. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP, conforme indexador contratado. Os testes foram realizados por segmentação, como apresentado a seguir: • Responsabilidade. • Compreensivo. Caso o resultado do teste de adequação do passivo apresente insuficiência, deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2018, o resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, não houve necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **k. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável ou possível que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. A Companhia utiliza como critério efetuar a reserva sempre que a avaliação do prognóstico de perda realizada pelos assessores jurídicos for determinada como "possível" ou "provável". Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão

para imposto de renda do exercício corrente e diferido foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável no período que exceder a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 20% e o diferido a alíquota é 15%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **m. Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de gerenciamento de riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a Companhia, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Esse processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio. Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Companhia. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Companhia no desempenho de suas atribuições como agentes de governança contam com o suporte de Comitês de Assessoramento, abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria Executiva, corpo técnico de colaboradores da Companhia e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê. **Comitê de Governança, Riscos e Compliance:** O Comitê de Governança, Riscos e Compliance tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Companhia, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório. **Comitê de Investimentos:** O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a ser realizadas pela Companhia, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretrizes que venham a ser adotadas pela Administração da Companhia. **Comitê de Produtos e Clientes:** O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desempenho e introdução no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, frente aos índices e motivos de reclamações. **Comitê de Conduta Ética:** Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Companhia. **Gestão de Capital:** A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. segue a estrutura de gerenciamento de capital da sua controladora, Unimed Seguradora S.A., a qual é suportada por política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Essa política estabelece papéis e responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reequilíbrio, quando constatadas irregularidades. A Diretoria Financeira, Técnica e Atuarial é responsável pela gestão e apuração dos resultados. De maneira independente, a área de Gestão de Riscos e Governança monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). São avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos aos quais a Unimed Seguros Patrimoniais S.A. está exposta, o que inclui o capital necessário para suportar os riscos de crédito, mercado, subscrição e operacional. O capital necessário para suportar riscos está demonstrado, na Nota Explicativa nº 18e). **a. Risco de subscrição:** O risco de subscrição é gerenciado por meio de políticas de aceitação, dos processos de gestão de riscos dos contratos de seguros/resseguros e das definições de premissas e acompanhamento das provisões técnicas. A teoria da probabilidade é aplicada para a precificação, e o principal risco é o de/a frequência e/ou severidade de sinistros ser maior do que o estimado. Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Companhia possui os seguintes procedimentos: • **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões** - Neste procedimento, realizado no mínimo anualmente, é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. • **Recálculo das provisões técnicas** - Periódicamente, são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. • **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas** - São analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir, se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, e na tomada de decisão. (i) *Análise de sensibilidade:* O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas provisões técnicas de sinistros. Foi considerado agravamento de 5% nos fatores de atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros que poderia afetar a provisão de IBNR. Foi considerado aumento de 5 p.p. na sinistralidade para verificar o impacto na Provisão de Sinistros a Liquidar. Para cada teste, é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido

Premissas	2018		2017			
	Bruto resseguro	Líquido resseguro	Bruto resseguro	Líquido resseguro		
Aumento sinistralidade	5%	910	721	684	539	
Diminuição sinistralidade	(5%)	(910)	(721)	(684)	(539)	
(ii) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões.						
Sinistro bruto de resseguro (*)						
Ano do aviso do sinistro						
	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	11	179	1.450	3.723	15.516	15.516
Um ano após o aviso	-	173	1.671	3.989	-	3.989
Dois anos após o aviso	-	307	1.696	-	-	1.696
Três anos após aviso	-	338	-	-	-	338
	-	338	1.696	3.989	15.516	21.539
Estimativa dos sinistros na data-base de 31/12/2018						
	11	(159)	(246)	(266)	-	(660)
Diferença entre as estimativas inicial e final						
	-	47	1.046	2.056	2.788	5.937
Pagamentos de sinistros efetuados						
	-	291	649	1.933	12.729	15.602
Sinistros Pendentes em 31/12/2018						
	-	-	-	-	-	5.774
	-	-	-	-	-	559

(*) Sinistro líquido de coseguro e bruto de resseguro.

Premissas	2018		2017			
	Bruto resseguro	Líquido resseguro	Bruto resseguro	Líquido resseguro		
Sinistro líquido de resseguro (*)						
Ano do aviso do sinistro						
	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	11	166	976	2.517	6.000	6.000
Um ano após o aviso	-	159	1.172	2.855	-	2.855
Dois anos após o aviso	-	268	1.193	-	-	1.193
Três anos após aviso	-	293	-	-	-	293
	-	293	1.193	2.855	6.000	10.341
Estimativa dos sinistros na data-base de 31/12/2018						
	11	(127)	(217)	(338)	-	(671)
Diferença entre as estimativas inicial e final						
	-	44	650	1.334	1.154	3.182
Pagamentos de sinistros efetuados						
	-	250	543	1.521	4.847	7.161
Sinistros Pendentes em 31/12/2018						
	-	-	-	-	-	4.269
	-	-	-	-	-	464

(*) Sinistro líquido de coseguro e líquido de resseguro. (iii) *Gerenciamento de riscos por linhas de negócio:* O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações nos produtos. (iv) *Seguros de responsabilidade e patrimoniais:* Os riscos associados a esses seguros incluem, entre outros: • Risco de despesas de administração não suportadas pelo produto. • Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos e risco de taxa de juros. • Risco de severidade e frequência de sinistros. • Os riscos apresentados são gerenciados como segue: • O risco de não persistência é gerenciado através de monitoramento frequente e da implementação de diretrizes específicas para melhorar a retenção das apólices. • O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado pelo monitoramento frequente das despesas. **b. Risco de mercado:** Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivide da seguinte maneira: *Risco de oscilação de preços:* Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, taxas de câmbio, índices e derivativos. (i) *Gerenciamento do risco de mercado:* As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: • Utilização de um conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de *Value-at-Risk (VaR)*. A política de aplicações financeiras tem como objetivo limitar o risco associado à manutenção de exposições em renda fixa (risco não sistemático), e requisitos de diversificação e outras práticas de gestão de risco são adotadas, por exemplo: limite máximo de exposição relativa em títulos privados e diversificação por faixa de risco de crédito. (ii) *Risco de taxa de juros:* O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Companhia ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para contratos de seguros e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos). (iii) *Resultados do teste de sensibilidade:* Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de riscos: taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA). Para os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm nenhum efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados. No caso dos ativos financeiros classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto

continua ☆





UNIMED SEGUROS PATRIMONIAIS S.A.

CNPJ 12.973.906/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos. Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos prefixados e atrelados à inflação (IPCA e IGP-M), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Companhia. No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para esse horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses. Por fim, para a parcela da carteira investida em renda variável, considerou-se qual seria o impacto imediato de uma oscilação de dez pontos percentuais, para mais ou para menos, no preço das ações integrantes da carteira da Companhia.

Ativos	Alocação	Impacto sobre lucro e patrimônio líquido/resultado	
		Taxa de Juros +1%	-1%
Ativos			
Classe de ativo			
Títulos Pós Fixados			
Disponível para Venda	24.658	247	(247)
Avaliados a Valor Justo	62.417	624	(624)
Títulos Prefixados			
Disponível para Venda	3.999	40	(40)
Até o Vencimento	934	-	-
IPCA			
Até o Vencimento	4.433	-	-
IGP-M			
Até o Vencimento	1.914	-	-
Impacto no Patrimônio Líquido		40	(40)
Impacto no Resultado		871	(871)
Impacto Líquido de Impostos PL		22	(22)
Impacto Líquido de Impostos Resultado		479	(479)
Total	98.355		

Limitações da análise de sensibilidade: O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. Adicionalmente, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. Os demais ativos financeiros não classificados como aplicações não foram considerados no teste de sensibilidade apresentado em virtude da sua natureza e de terem realização em curto prazo. **c. Risco de liquidez:** (i) **Gerenciamento do risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos. Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de recebimento e liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras). Adicionalmente, é mantida uma Carteira de Liquidez, de seus ativos financeiros, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

Ativos Financeiros:	Liquidez	2018		2017	
		R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
Imediata		25.819	20%	28.791	52%
De 01 a 30 dias		41.076	32%	21.090	38%
De 31 a 60 dias		927	1%	825	1%
De 61 a 90 dias		689	1%	528	1%
De 91 a 120 dias		39.539	32%	890	2%
De 121 a 150 dias		466	-	457	1%
De 151 a 180 dias		440	-	331	1%
De 181 a 365 dias		7.778	6%	778	1%
Acima de 365 dias		10.446	8%	1.818	3%
Total		127.180	100%	55.508	100%

Conciliação dos ativos e passivos: A nota a seguir demonstra o *aging* das operações de todas as classes de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros detidos pela Companhia.

	Sem vencimento		Vencidos acima de 1 ano		A vencer entre 1 e 5 anos		A vencer acima de 5 anos		Total
	definido	até 1 ano	de 1 ano	A vencer até 1 ano	entre 1 e 5 anos	de 5 anos			
Caixa e bancos	142	-	-	-	-	-	-	142	
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	62.417	-	-	-	-	-	-	62.417	
Quotas de fundos de investimento abertos	62.417	-	-	-	-	-	-	62.417	
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	5.967	20.926	1.764	28.657		
Títulos privados	-	-	-	1.968	20.926	1.764	24.658		
Títulos públicos	-	-	-	3.999	-	-	3.999		
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	1.566	5.715	7.281		
Títulos privados	-	-	-	-	1.566	5.715	7.281		
Crédito das operações com seguros e resseguros (*)	-	14.326	-	-	-	-	14.326		
Prêmios a receber	-	14.036	-	-	-	-	14.036		
Operações com resseguradoras	-	290	-	-	-	-	290		
Ativos de resseguro e retrocessão	2.011	11.738	561	-	-	-	14.310		
Títulos e créditos a receber	-	-	20	-	-	-	20		
Outros créditos	-	-	-	27	-	-	27		
Total dos ativos financeiros	64.570	26.064	581	5.994	22.492	7.479	127.180		
Provisões técnicas (**)	7.947	31.561	2.895	-	-	-	42.403		
Passivos financeiros	-	64	87	8.758	-	-	8.909		
Obrigações a pagar	-	26	1	228	-	-	255		
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	-	1.162	-	-	1.162		
Encargos trabalhistas	-	-	-	484	-	-	484		
Impostos e contribuições	-	-	-	221	-	-	221		
Outras contas a pagar	-	-	-	148	-	-	148		
Depósito de terceiros	-	26	75	-	-	-	101		
Débitos de operações com seguros e resseguros (*)	-	12	11	6.515	-	-	6.538		
Total dos passivos financeiros	7.947	31.625	2.982	8.758	-	-	51.312		

(*) Valor bruto da provisão da redução ao valor recuperável de prêmios a receber. (**) A segregação nas faixas de vencimento referem-se à Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), calculadas com base na data efetiva de aviso. Para a rubrica sem vencimento, são consideradas as provisões técnicas relativas à Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Resumo da classificação:

Títulos	Níveis	Vencimentos			Sem vencimento	Ativos				Total			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		Valor Contábil	Valor Custo Atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	2018	%	2017	%
Valor justo por meio do resultado		-	-	-	62.417	62.417	62.417	62.417	-	62.417	63,46%	14.013	36,25%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	-	62.417	62.417	62.417	62.417	-	62.417	63,46%	5.548	14,35%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.465	21,90%
Disponível para venda		5.967	20.926	1.764	-	28.657	28.531	28.657	126	28.657	29,14%	20.485	53,00%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.641	12,01%
Letras Tesouro Nacional (LTN)	1	3.999	-	-	-	3.999	3.998	3.999	1	3.999	4,07%	3.746	9,69%
Letras Financeiras (LF)	2	1.628	11.613	-	-	13.241	13.210	13.241	31	13.241	13,46%	3.798	9,83%
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.825	9,89%
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2	340	334	-	-	674	673	674	1	674	0,68%	1.836	4,75%
Debêntures	2	-	8.979	1.764	-	10.743	10.650	10.743	93	10.743	10,93%	2.639	6,83%
Mantidos até o vencimento		-	1.565	5.716	-	7.281	7.281	7.524	243	7.281	7,40%	4.157	10,75%
Debêntures	2	-	-	5.716	-	5.716	5.716	5.815	99	5.716	5,81%	-	-
Letras Financeiras (LF)	2	-	1.565	-	-	1.565	1.565	1.709	144	1.565	1,59%	4.157	10,75%
Total		5.967	22.491	7.480	62.417	98.355	98.229	98.598	369	98.355	100,00%	38.655	100,00%

b. Hierarquia do valor justo: Os valores de referência foram definidos como apresentado a seguir: • **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo. • **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • **Nível 3:** títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, incluindo os ativos financeiros classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", tampouco houve reclassificações entre níveis hierárquicos dos ativos financeiros.





UNIMED SEGUROS PATRIMONIAIS S.A.

CNPJ 12.973.906/0001-71

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

17. PROVISÕES JUDICIAIS

a. Contingências e depósitos judiciais:

Natureza	Provisão para contingências					Depósitos judiciais		
	Saldo em 2017	Princípio	Reversão principal	Atualizações	Pagamentos	Saldo em 2018	2018	2017
1 - Fiscal	22	246	-	17	-	285	260	17
1.1 INSS Liminar Judicial	22	229	-	17	-	268	260	17
1.2 COFINS sobre base PIS/COFINS	-	15	-	-	-	15	-	-
1.3 PIS sobre base PIS/COFINS	-	2	-	-	-	2	-	-
2 - Contingências cíveis	70	166	(102)	18	(3)	149	-	-
3 - Contingências trabalhistas	-	56	-	8	-	64	63	60
Total	92	468	(102)	43	(3)	498	323	77

1. Fiscal: 1.1 INSS - Recolhimento da contribuição previdenciária sobre verbas trabalhistas: A Companhia, através de parecer de seus assessores jurídicos, considera como perda possível as seguintes verbas: adicionais de hora extra e noturno, férias usufruídas e descanso semanal remunerado; e considera como perda provável: salário-maternidade, salário-paternidade e gratificação natalina/13º salário, sendo certo que para essas verbas a Companhia vem realizando os depósitos judiciais dos valores e, conseqüentemente, constituindo a provisão desses valores. R\$ 267. Cabe esclarecer que o aumento da reserva refere-se à verba e 13º salário, sempre paga no mês de dezembro de cada exercício. **1.2 COFINS sobre base PIS/COFINS:** O entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal definiu que o ICMS não compõe faturamento ou receita bruta das empresas, devendo ser excluído da base de cálculo de PIS e COFINS. Nossos assessores jurídicos entendem que, assim como o ICMS, o PIS e o COFINS não devem compor sua própria base de cálculo. **1.3 PIS sobre base PIS/COFINS:** O entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal definiu que o ICMS não compõe faturamento ou receita bruta das empresas, devendo ser excluído da base de cálculo de PIS e COFINS. Nossos assessores jurídicos entendem que, assim como o ICMS, o PIS e o COFINS não devem compor sua própria base de cálculo. **2. Contingências Cíveis:** A Companhia responde a processos de natureza cível, tramitando em diversas fases. De acordo com avaliação de nossos assessores jurídicos, o montante provisionado para as ações com as classificações de perdas "provável" e "possível" é de R\$ 149. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a empresa constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável. **3. Contingências Trabalhistas:** A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, tramitando em diversas fases. De acordo com a avaliação de nossos assessores jurídicos, o montante provisionado para as ações com classificações de perdas "possível" ou "provável" é de R\$ 64. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a empresa constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

b. Composição das ações judiciais de sinistros:

Probabilidade de perda	2018			2017		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão
Provável	28	419	453	6	47	48
Possível	21	1.308	663	5	438	298
Remota	49	1.549	-	16	371	-
Total	98	3.276	1.116	27	856	346

c. Movimentação de sinistros judiciais a liquidar:

	2018	2017
Saldo no início do exercício	346	-
Sinistros pagos	(72)	(8)
Constituições	588	410
Baixa da provisão por êxito	-	(10)
Alteração de estimativas ou probabilidades	190	(62)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	64	16
Saldo no final do exercício	1.116	346

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital social:** O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 88.000 (R\$ 38.000 em 31 de dezembro de 2017) está representado por 101.457.737 ações ordinárias (39.729.342 em 31 de dezembro de 2017), todas nominativas e sem valor nominal. Em 15 de fevereiro de 2018 houve aumento de capital de R\$ 50.000, mediante a emissão de 61.728.395 ações ordinárias. **b. Reserva legal:** É constituída após apuração do resultado do exercício social por valor correspondente a 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social. **c. Reserva de investimento e capital de giro:** O saldo do lucro líquido, após as destinações da reserva legal e dos dividendos, se houver, será destinado à reserva de investimento e capital de giro, a qual não poderá exceder o valor do capital social. Essa reserva terá por finalidade absorver prejuízos, assegurar investimentos em participações em outras sociedades, no imobilizado, nas operações da Companhia, no intangível e, acréscimo do capital de giro. A Assembleia Geral, quando atingido esse limite ou se entender suficiente o valor da reserva estatutária, deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição dos dividendos. **d. Dividendos:** De acordo com o artigo 30, § 1º, inciso II do Estatuto Social, o pagamento mínimo de dividendos ou juros sobre capital próprio deve considerar: • Lucro líquido do exercício. • (-) Constituição da reserva legal de 5%. • Sobre a base de cálculo, distribuição de, no mínimo, 10% como dividendos. **e. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido:**

	2018	2017
Patrimônio líquido	83.745	32.166
Ajustes contábeis:	(2.579)	(2.531)
Despesas antecipadas	(46)	(49)
Ativo intangível	(1.496)	(2.482)
Custo de aquisição diferidos não relacionados à PPNG	(1.037)	-
Ajustes econômicos:	134	2
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	134	2
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	81.300	29.637
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.000	15.000
Capital-base (i)	15.000	15.000
Capital de risco (ii)	10.442	4.563
Capital risco de subscrição	5.021	3.889
Capital risco de crédito	6.001	799
Capital risco operacional	260	213
Capital risco de mercado	1.707	23
Redução por correlação dos riscos	(2.547)	(361)
Capital Mínimo Requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (i) e (ii)	15.000	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	66.300	14.637
Suficiência de capital (%)	82%	49%

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/2016. A Resolução CNSP nº 321/15 e alterações determinam que as sociedades seguradoras apresentem índice de liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta índice de liquidez de 60,79%.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações e saldos com partes relacionadas estão detalhadas a seguir: (a) Despesas pela utilização da estrutura administrativa compartilhada com a controladora Unimed Seguradora S.A. e com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.. (b) Despesa de seguro de vida dos funcionários com a controladora Unimed Seguradora S.A.. (c) Despesa de seguro saúde dos funcionários com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.. (d) Prêmios de seguros com os acionistas da controladora Unimed Seguradora S.A.. (e) Despesas administrativas com a remuneração dos Administradores, que compreende os benefícios de curto prazo. Não é concedido nenhum tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. (f) Remuneração pela estipulação de contratos de pró-labore com as empresas cooperativas singulares pertencentes ao sistema cooperativo Unimed.

Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Prêmios a receber (e)	389	185	Débitos de operações		
			Cooperativas Unimed (g)	8	5
			Outras contas a pagar:		
			Unimed Seguradora S.A. (a)	82	70
			Unimed Seguros Saúde S.A. (b)	67	50
Total ativo	389	185	Total passivo	157	125
Receita	2018	2017	Despesa	2018	2017
			Despesa de comercialização		
			Cooperativas Unimed	57	62
			Despesas administrativas:		
Prêmios emitidos (e)	1.065	2.163	Unimed Seguros Saúde S.A. (c)	250	198
			Unimed Seguradora S.A. (b)	5	5
			Administradores (f)	6	6
			Despesas administrativas compartilhadas:		
			Unimed Seguradora S.A. (a)	683	1.050
			Unimed Seguros Saúde S.A. (a)	401	291
Total receita	1.065	2.163	Total despesa	1.402	1.612

20. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2018	2017
a. Prêmios ganhos:		
Prêmios emitidos	41.246	32.740
Prêmios cancelados	(3.892)	(3.035)
Prêmios RVNE	261	(2.243)
Prêmios restituídos	(85)	(85)
Variação da PPNG	(4.432)	(2.515)
Total	33.098	24.862
b. Sinistros ocorridos:		
Sinistros avisados	(15.771)	(4.024)
Despesas com sinistros	(256)	(64)
Despesas com sinistros de assistência	(145)	(119)
Variação da provisão de IBNR	(3.188)	291
Total	(19.360)	(3.916)
c. Custos de aquisição:		
Comissões sobre prêmios emitidos	(7.635)	(5.697)
Comissão de agenciamento	(11)	(4)
Outros custos de aquisição	(1.578)	(1.303)
Variação de comissões diferidas	844	559
Variação das despesas de agenciamento diferidas	(2)	(24)
Variação de outros custos de aquisição diferidos	438	117
Total	(7.944)	(6.352)
d. Outras receitas e despesas operacionais:		
Outras receitas (despesas) com operações de seguro	(522)	(234)
Despesas com cobrança	(127)	(107)
Despesa com administração de apólices e/ou contratos	(14)	(38)
Redução ao valor recuperável prêmio	300	(42)
Redução ao valor recuperável comissão	(63)	-
Despesas com contingências	(66)	(15)
Total	(492)	(436)
e. Resultado com resseguro:		
Receitas com resseguros:		
Indenização de sinistros	9.456	1.341
Variação da provisão de IBNR	757	(101)
Variação das despesas relacionadas do IBNR	224	4
Despesas com resseguros:	(6.877)	(5.260)
Prêmios de resseguro cedido proporcional	(8.094)	(6.596)
Prêmio de resseguro cedido não proporcional	(184)	(156)
Cancelamento resseguro	625	438
Restituição de resseguro	2	3
Prêmios de resseguro RVNE	(29)	631
Variação da despesa de resseguro diferido	810	428
Outros resultados com operações resseguro	(7)	(8)
Total	3.560	(4.016)
f. Despesas administrativas:		
Despesas com pessoal próprio	(5.714)	(5.668)
Serviços de terceiros	(3.583)	(3.464)
Localização e funcionamento	(1.460)	(1.656)
Despesas com publicidade e propaganda	(106)	(158)
Despesas com publicações	(194)	(155)
Despesas com donativos e contribuições	(62)	(15)
Outras	(96)	(7)
Total	(11.215)	(11.123)
g. Despesas com tributos:		
Impostos federais	(202)	(207)
Impostos municipais	(17)	(30)
COFINS	(610)	(763)
PIS	(99)	(124)
Contribuição sindical	(4)	(42)
Taxa de fiscalização	(399)	(230)
Outros	(6)	(6)
Total	(1.337)	(1.402)
h. Resultado financeiro:		
Receitas com títulos privados	2.330	1.741
Valor justo por meio de resultado	7	223
Disponíveis para venda	1.772	894
Mantidos até o vencimento	551	624
Receitas com títulos públicos	801	1.607
Valor justo por meio de resultado	285	745
Disponíveis para venda	516	862
Receitas com fundos de investimentos	3.199	585
Valor justo por meio de resultado	3.199	585
Receitas financeiras com operações de seguros	34	61
Receitas financeiras com depósitos judiciais	13	2
Receitas com créditos tributários	-	4
Outras receitas financeiras	41	35
Total receitas financeiras	6.418	4.035
Despesas com títulos de renda fixa e variável	(6)	-
Mantidos até o vencimento	(6)	-
Despesas com fundos de investimentos	(6)	-
Valor justo por meio de resultado	(6)	-
Despesas com operações de seguros	(46)	(46)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(3)	(11)
Juros e atualização sobre processos judiciais	(43)	(10)
Outras despesas financeiras	(29)	-
Total despesas financeiras	(127)	(67)
Resultado financeiro	6.285	3.968

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	2.360	1.422	2.360	1.422
Adições:				
Provisão para risco de créditos e outros	1.183	2.556	1.183	2.556
Provisão Trabalhista	516	-	516	-
Brindes e patrocínio	1	2	1	2
Provisão para contingência	17	144	17	144
Programa de Participação no Resultado - PPR	228	223	228	223
Exclusões:				
Provisão para risco de créditos e outros	(1.414)	(2.505)	(1.414)	(2.505)
Provisão para contingência Cível	(128)	(156)	(128)	(156)
Receita com Depósitos Judiciais - Juros	(13)	-	(13)	-
Programa de Participação no Resultado - PPR	(257)	(212)	(257)	(212)
(-) Compensação Base Negativa períodos anteriores	(748)	(442)	(748)	(442)
Base de cálculo:	1.745	1.032	1.745	1.032
Alíquotas:				
Imposto de Renda e Contribuição Social	(262)	(155)	(349)	(206)
Adicional 10%	(150)	(79)	-	-
Outros	10	6	-	-
Tributos correntes	(402)	(228)	(349)	(206)
Tributos diferidos	25	77	26	(25)
Resultado imposto de renda e contribuição social	(376)	(151)	(323)	(231)
Alíquota efetiva	15,95%	10,60%	13,68%	16,24%

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 5.782 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 6.531 em 31 de dezembro de 2017), os quais não possuem prazo prescricional e sua compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esses créditos não estão registrados contabilmente pelo fato de a Companhia não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro em pelo menos 3 (três) dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

continua ☆





UNIMED SEGUROS PATRIMONIAIS S.A.

CNPJ 12.973.906/0001-71

☆ continuação

DIRETORIA

Helton Freitas
Diretor-Presidente

Adelson Severino Chagas
Diretor

Agenor Ferreira da Silva Filho
Diretor

Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor

Tajumar Custodio Martins
Diretor

ATUÁRIA

Lara Cristina da Silva Facchini - Atuária - MIBA - 1118

CONTADOR

Vinicius Negrini de Oliveira - CRC: 1SP242483/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Unimed Seguros Patrimoniais S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Diretores da **Unimed Seguros Patrimoniais S.A.** - São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também

aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A
04711-904
São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2018
Total de provisões técnicas	42.403
Total de provisões técnicas auditadas	42.403
Total de ativos de resseguro	14.310
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	290
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2018
Provisões Técnicas auditadas (a)	42.403
Valores redutores auditados (b)	19.532
Total a ser coberto (a-b)	22.871
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2018
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	10.442
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	15.000
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2018
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	81.300
Exigência de Capital (CMR) (b)	15.000
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	66.300
Ativos Garantidores (d)	29.219
Total a ser Coberto (e)	22.871
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	6.348
Ativos Líquidos (g)	6.348
Capital de Risco (CR) (h)	10.442
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	60,8%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2018
0114, 0118, 0141, 0310, 0351, 0378, 0746	4.035



DO.online acesso gratuito

As publicações dos atos oficiais desde 1891

- Pesquise gratuitamente no **portal da IMESP**
- Baixe o app **do|sp** para tablets e smartphones

www.imprensaoficial.com.br
Google Play <https://goo.gl/zaFqGs>
App Store (Apple) <https://goo.gl/iCPWvR>

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/02/2019 08:11:08.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30023826] - www.imprensaoficial.com.br

☆ **continuação**

dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Berkley International do Brasil Seguros S.A.. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Berkley International do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e

do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos de Sinistros e Prêmios e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Seguradora um plano de ação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar,
Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904 - São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia

Atuariário MIBA 1131

Anexo I

Berkley International do Brasil Seguros S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2018
Total de provisões técnicas auditadas	450.994
Total de ativos de resseguro	164.075
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	25.626
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas (*)	31/12/2018
Provisões Técnicas auditadas (a)	450.994
Valores redutores auditados (b)	234.295
Total a ser coberto (a-b)	216.699
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2018
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	51.828
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	51.828
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2018
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	90.156
Exigência de Capital (CMR) (b)	51.828
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	38.328
Ativos Garantidores (d)	235.028
Total a ser Coberto (e)	216.699
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	18.329
Ativos Líquidos (g)	18.329
Capital de Risco (CR) (h)	51.828
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g/h)	35%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2018
0167, 0171, 0310, 0313, 0351, 0378, 0621, 0622, 0632, 0652, 0654, 0655, 0739, 0740, 0745, 0746, 0747, 0750, 0775, 0776, 0982, 0993, 1130, 1162	3.171

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP252419/O-0

Marfrig Global Foods S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 – NIRE 35.300.341.031

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2019

Data, Hora e Local: Em 27 de fevereiro de 2019, às 09h, na sede social da Marfrig Global Foods S.A. (“**Companhia**”) localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5, Torre Sabiá, 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, CEP 05314-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação considerando a presença de todos os Conselheiros da Companhia, os Srs. Marcos Antonio Molina dos Santos - Presidente do Conselho de Administração, Alain Emilie Henry Martinet, Antonio dos Santos Maciel Neto, Carlos Geraldo Langoni, Ernesto Lozardo, Ian David Hill, Marcelo Maia de Azevedo Correa, Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, Roberto Faldini e Rodrigo Marçal Filho. Presentes os seguintes membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, os Srs. Axel Erhard Brod, Eduardo Augusto Rocha Pocetti e Carlos Roberto de Albuquerque Sá, na discussão das matérias de sua competência. Presente ainda o Sr. José Eduardo de Oliveira Miron - Diretor Presidente da Companhia. **Mesa: Presidente:** Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos; **Secretário:** Sr. Heraldo Geres. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **I)** o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; **II)** o Estudo Técnico da Viabilidade do Ativo Fiscal Diferido; e **III)** a Convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em abril de 2019. **Deliberações:** Após detidos exames e debates das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos dos presentes: **I)** Aprovar, sem ressalvas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas, do parecer da Grant Thornton Auditores Independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; **II)** Aprovar o estudo de viabilidade da recuperação do Ativo Fiscal Diferido, nos termos da Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, também examinado pelo Conselho Fiscal da Companhia; **III)** Convocar a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deve ser realizada até a data de 30 de abril de 2019. A Diretoria fica autorizada a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas: Mesa: Presidente:** Marcos Antonio Molina dos Santos; **Secretário:** Heraldo Geres. **Membros do Conselho de Administração:** Marcos Antonio Molina dos Santos - Presidente do Conselho de Administração, Alain Emilie Henry Martinet, Antonio dos Santos Maciel Neto, Carlos Geraldo Langoni, Ernesto Lozardo, Ian David Hill, Marcelo Maia de Azevedo Correa, Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, Roberto Faldini e Rodrigo Marçal Filho. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 27 de fevereiro de 2019. **Heraldo Geres** - Secretário.

Companhia Regional de Habitações De Interesse Social - CRHIS

CNPJ 51.097.236/0001-29

Extrato de Contrato - Concorrência Pública nº 02/2014

Objeto: Prorrogação do Contrato de Empresa especializada em Informática. **Contratante:** Companhia Regional de Habitações de Interesse Social - CRHIS **Contratada:** Meritius Sistemas e Serviços Ltda. **Valor Anual do Contrato:** R\$.130.800,00. **Prazo:** 23/01/2019 a 22/01/2020. **Araçatuba, 23 de janeiro de 2019. André de Oliveira Tomazini** - Diretor Presidente.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 28/02/2019 08:22:19.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30044061] - www.imprensaoficial.com.br

General Shopping e Outlets do Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.764.621/0001-53 – NIRE 35.300.340.833

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de janeiro de 2019

1. Data, Hora e Local: Ao dia 17 do mês de janeiro de 2019, às 17h, na sede social da General Shopping e Outlets do Brasil S.A., localizada na Avenida Angélica, 2.466, 24º andar, conjunto 241, Consolação, CEP 01228-200, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo (“**Companhia**”). **2. Convocação e Presença:** Convocação enviada aos membros do Conselho de Administração, em 10 de janeiro de 2019, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Alessandro Poli Veronezi, que convidou o Sr. Ricardo Castro da Silva para secretário-á. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a ratificação do Contrato de Prestação de Fiança nº 100418120003600, celebrado entre a Companhia, o Itaú Unibanco S.A. e a Palo Administradora e Incorporadora Ltda, como afiançada. **5. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o que segue: **5.1.** Ratificar e aprovar a celebração do Contrato de Prestação de Fiança nº 100418120003600, entre a Companhia, o Itaú Unibanco S.A. e a Palo Administradora e Incorporadora Ltda, como afiançada, no valor de R\$ 17.476.175,90 (dezessete milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e noventa centavos), cuja cópia fica arquivada na sede da Companhia. **5.2.** Ratificar e aprovar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com relação ao documento mencionado no item 5.1 acima, bem como autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as demais providências necessárias para a implementação da deliberação constante do item 5.1 acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros fisicamente presentes. Mesa: Alessandro Poli Veronezi - Presidente; Ricardo Castro da Silva - Secretário. Conselheiros Fisicamente Presentes: Alessandro Poli Veronezi, Victor Poli Veronezi, Antonio Dias Neto, Edgard Antonio Pereira, Augusto Marques da Cruz Filho e Ricardo Castro da Silva. **Confere com a original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 17 de janeiro de 2019. Mesa: Alessandro Poli Veronezi - Presidente; Ricardo Castro da Silva - Secretário. JUICESP sob nº 58.558/19-6, em 30/01/2019. (a) Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada

CNPJ/MF nº 01.613.433/0001-85 - NIRE 35.214.366.293

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Cotistas a se reunirem em AGE em 08.03.2019 às 09h00min (1ª convocação) e as 09h30min (2ª convocação), na sede social, situada na Avenida Portugal, nº 545, 3º andar, sala 2, Jardim São Luiz, CEP 14020-380, no município de Ribeirão Preto/SP, para deliberação sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação do aumento do capital social e (ii) alteração do contrato social com a finalidade de: (ii1) alterar cláusula relativa ao capital social. Encontram-se a disposição dos Cotistas, na sede social, todos os documentos relativos a ordem do dia da AGE. Carla Ferreira Musa - Presidente do Conselho de Administração. (28/02, 01 e 02/03)

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

CNPJ: 12.973.906/0001-71

ERRATA

Nas Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 publicadas neste Diário em 27/02/2019 à página “131”, Nota explicativa de número (18 - Patrimônio Líquido no item “e”) substituímos o quadro anterior publicado pelo quadro a seguir:

	2018	2017
Patrimônio líquido	83.745	32.166
Ajustes contábeis:	(2.060)	(2.531)
Despesas antecipadas	(46)	(49)
Ativo intangível	(1.496)	(2.482)
Custo de aquisição diferidos não relacionados à PPNG	(518)	-
Ajustes econômicos:	134	2
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	134	2
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	81.819	29.637
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.000	15.000
Capital-base (i)	15.000	15.000
Capital de risco (ii)	10.442	4.563
Capital risco de subscrição	5.021	3.889
Capital risco de crédito	6.001	799
Capital risco operacional	260	213
Capital risco de mercado	1.707	23
Redução por correlação dos riscos	(2.547)	(361)
Capital Mínimo Requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (i) e (ii)	15.000	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	66.819	14.637
Suficiência de capital (%)	82%	49%
Assim também como o Parecer dos Atuários Independentes, (Anexo I “Item 4”) publicadas neste Diário em 27/02/2019 à página “132”, substituímos o quadro anterior publicado pelo quadro a seguir:		
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2018	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	81.819	
Exigência de Capital (CMR) (b)	15.000	
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	66.819	
Ativos Garantidores (d)	29.219	
Total a ser Coberto (e)	22.871	
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	6.348	
Ativos Líquidos (g)	6.348	
Capital de Risco (CR) (h)	10.442	
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g/h)	60,8%	

Caledonia Saúde S.A.

CNPJ/MF 25.249.439/0001-83 - NIRE 35.300.493.419

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14/01/19

Aos 14/01/19, às 11 hs, na sede, com a totalidade do capital social. **Mesa:** Priscila Pereira Rodrigues - Presidente; João Marcos Bezerra - Secretário. **Deliberações:** 1. Aprovar a distribuição de dividendos intermediários à única acionista da Companhia à conta de lucros acumulados, no montante total de R\$600.000,00, conforme autorizado pelo artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações e também pelo artigo 20 do Estatuto Social da Companhia e verificados no balanço patrimonial da Companhia levantado em 31/12/17. 1.1. Referido lucro foi apurado com base no balanço patrimonial levantado em 31/12/17 aprovado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 31/10/18, cuja ata encontra-se arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 549.780/18-0, em sessão de 28/11/18. Nada mais. Campinas, 14/01/19. Jucesp nº 86.836/19-5 em 14/02/19.